

A paz perdida



Por **RICHARD SAKWA**

Introdução do autor ao livro recém-editado

1.

O fim da Guerra Fria em 1989 ofereceu uma perspectiva de uma paz duradoura e de novo tipo. Em um mundo não mais cindido pelas rigorosas divisões ideológicas do século XX, a paz e a reconciliação pareciam possíveis. A política global estava excepcionalmente alinhada para criar uma nova ordem de paz.

A União Soviética sob a liderança de Mikhail Gorbachev, a partir de março de 1985, rejeitou muito da ideologia sob a qual se travou a Guerra Fria, transformou a política interna e incentivou reforma política entre seus aliados na Europa Oriental. As potências ocidentais superaram a dúvida inicial e se envolveram com as mudanças. Uma enxurrada de declarações e acordos anunciavam uma era de cooperação e desenvolvimento.

Os efeitos benéficos da paz na Europa foram antecipados para serem disseminados mundialmente. Isso se tornou a era da globalização, uma visão de que tempo e espaço poderiam ser conquistados pelas novas tecnologias da comunicação, uma rede cada vez mais intrincada de contatos e negócios pessoais facilitada por viagens aéreas baratas e a interdependência estimulada pelos laços comerciais e financeiros.

Uma classe média global estava surgindo, baseada em padrões de consumo e orientações culturais semelhantes, e até mesmo com visões compartilhadas com relação a democracia, *accountability* e Estado de direito. Não há uma correlação automática entre crescimento de padrões de vida e demandas por democracia, embora no longo prazo estilos de vida consumistas gerem demandas para autonomia pessoal e por proteção garantida por um sistema de justiça independente.

Quando a Guerra Fria acabou na Europa, a China ainda estava em seus estágios iniciais de transformação e perseguia sua filosofia de “ascensão silenciosa”, mas a questão de sua transformação política já estava colocada nessa época.

Acima de tudo, o sistema internacional criado ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, baseado na Organização das Nações Unidas e em suas instituições, definiram um arcabouço para o Direito internacional, governança global e compromisso humanitário, e foi para essa ordem universal que Mikhail Gorbachev apelou. Os reformadores soviéticos acreditavam que, com o fim da Guerra Fria, esse sistema poderia se estabelecer, permitindo que a cooperação multilateral florescesse ao mesmo tempo que atenuava as tradicionais rivalidades geopolíticas das grandes potências.

Muito se conquistou. A ameaça de um Armagedom atômico há muito havia forçado a prudência nas relações internacionais e a iminente sombra de uma guerra nuclear havia então se dissipado. O “dividendo da paz” permitiu que os orçamentos militares recebessem cortes e que o militarismo característico da Guerra Fria fosse amenizado. Globalização e interdependência econômica moderaram as divisões políticas abrindo espaço para as ideologias da “terceira via”. O

a terra é redonda

mistério do progresso aparentemente havia sido resolvido. Com o suposto “fim da história”, a humanidade poderia se unir sob os princípios do direito internacional e da democracia do mercado.

2.

Essas expectativas foram frustradas, e não foi a primeira vez. A Revolução Francesa de 1789 devorou a si própria e acabou como uma ditadura militar. A Revolução Bolchevique de outubro de 1917 inspirou milhões a acreditar que o socialismo revolucionário inauguraria uma era de paz e prosperidade para, por fim, mergulhar em um oceano de sangue.

A crença na renovação floresceu novamente em fins dos anos 1980, dessa vez não por meio de uma revolução, mas precisamente pela renúncia à violência. Esse foi um momento genuinamente “antirrevolucionário” no qual a lógica da reconciliação interna e a cooperação internacional apareceram como possibilidade. Os problemas fundamentais da pobreza, desigualdade, subdesenvolvimento, neocolonialismo, financeirização neoliberal (a desvinculação comercial da entrega física de mercadorias e serviços), a degradação ambiental e muito mais permaneceram, mas as condições para sua solução pareciam excepcionalmente benignas. Um novo amanhecer era uma possibilidade.

Estudantes da União Soviética, eu inclusive, descrevíamos seriamente o potencial transformador da *Perestroika* (reestruturação) de Mikhail Gorbachev, a palavra que ele utilizou a partir de junho de 1987 para descrever seu programa de reformas, e saudávamos a amenização das tensões da Guerra Fria. As conquistas daquele período eram reais, com o desmantelamento do aparato opressivo do controle estatal, o emergir do debate e de aspirações democráticas por toda a região e a libertação dos Estados do bloco soviético.

Em novembro de 1989 o muro de Berlim caiu e no fim do ano os sistemas comunistas desapareceram. Os países da Europa central e oriental estavam livres para perseguir seu próprio destino. A própria União Soviética foi dividida pelas forças liberadas com a reforma e em dezembro de 1991 entrou em colapso. As quinze antigas Repúblicas da URSS surgiram como Estados independentes com, relativamente, pouca violência, embora as tensões suprimidas tenham explodido anos mais tarde. A dissolução da ordem comunista e a desintegração da União Soviética foram acontecimentos históricos e continuam a moldar a nossa era “pós-Guerra Fria”.

3.

A Guerra Fria foi descrita por George Orwell, em outubro de 1945, como uma “paz que não é paz”.¹ Contudo, o acordo que emergiu após 1989-91 era, na melhor das hipóteses, desconfortável e prenhe de novos conflitos. Essa era a “paz fria”, em que questões fundamentais do desenvolvimento e da segurança europeia permaneceram irresolvidos. A resposta do líder militar francês Marshal Foch ao Tratado de Versalhes em junho de 1919 era inequívoca: “Isso não é paz. Isso é um armistício por vinte anos”, e assim foi.

A Europa e o mundo entraram em guerra novamente em 1939. Da mesma forma, o acordo pós-1989 se tornou outra paz de Versalhes, no sentido de que era parcial, e por fim levou a um novo conflito, descrito neste livro como a Segunda Guerra Fria. Essa luta agora é enquadrada como aquela entre a democracia liberal e os vários tipos de autoritarismo, com a contestação das grandes potências reforçadas pela mobilização cultural e civilizacional.

O Ocidente político, criado e moldado durante a Primeira Guerra Fria, se expandiu, gerando novas fronteiras entre uma ordem liberal em expansão e os estrangeiros. Esta deveria ser uma paz democrática, que inevitavelmente mexesse com aqueles que tivessem outras ideias sobre a melhor maneira de alcançar desenvolvimento interno e segurança nacional. Isso também deveria ser uma paz dominada pelo Ocidente, o que aumentou as preocupações de países como a Rússia e China que tinham suas próprias ambições de grandes potências.

A ordem de paz baseada na Carta da ONU é uma forma moderada de política de grandes potências, com um léxico de equilíbrio de poderes e esferas de influência atenuada pelo compromisso a uma cooperação multilateral. Em seu núcleo

está a ideia de “liberalismo baseado na carta”, baseado na ideia pluralista de uma comunidade internacional. Gerry Simpson a descreve como um “procedimento para organizar as relações entre comunidades diversas”.

Isso coloca-se em contradição com o “antipluralismo liberal”, descrito por Simpson como um “liberalismo que pode ser excludente e não liberal em seus efeitos”, sobretudo em sua “falta de tolerância com regimes não liberais”. Ele se divide em duas tradições: “uma versão evangélica, que vê o liberalismo com uma doutrina abrangente ou um bem social digno de ser promovido, e outra tradição mais secular, enfatizando o processualismo e a diversidade”.²

Essa divisão assumiu formas mais definidas no pós-Guerra Fria. Ela corrobora a tensão entre internacionalismo soberano, no qual o respeito pela soberania é atenuado pelo compromisso com os valores da Carta da ONU, e uma visão mais expandida da política internacional, descrita neste livro como internacionalismo democrático, uma versão radical do internacionalismo liberal.

4.

Após 1989, o confronto bipolar relativamente estruturado da Primeira Guerra Fria entre os sistemas sociais estadunidense e soviético foi transferido para outro plano. Dois sistemas de paz – novas ordens mundiais, no jargão atual – estavam disponíveis, e é o choque entre eles que, paradoxalmente, gerou conflitos e, por fim, a guerra. O primeiro é o internacionalismo soberano ao qual Gorbachev apelou ao lançar suas reformas.

Esse é o sistema que os Estados Unidos, a União Soviética, a China e outros vitoriosos constituíram em 1945 sob a forma da ONU e seu corpo associado de Direito, normas e práticas internacionais. O sistema internacional baseado na Carta da ONU combina soberania de Estado, direito a autodeterminação nacional (o que facilitou a descolonização) e Direitos Humanos. A Carta da ONU proíbe a guerra como um instrumento de política e fornece um arcabouço para a resolução pacífica de conflitos internacionais.

Diferente da malfadada Liga das Nações no período entreguerras, a ordem de paz baseada na Carta se tornou a coluna vertebral por conta da criação de uma “concertação de potências” interna representada pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o grupo P5, composto por Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. Quando a União Soviética lançou suas reformas em fins dos anos 1980, recorreu ao sistema baseado na Carta da ONU como seu modelo para paz e desenvolvimento, promovendo-o como um modelo universal para a humanidade.

Internacionalismo soberano formalmente respeita os interesses de todas as potências, grandes e pequenas, uma vez que se compromete com a resolução multilateral dos problemas que afligem a humanidade. Esse é o ideal, é óbvio, e a prática da política internacional em geral não atinge estes objetivos. Contudo, o sistema da Carta e seus princípios permanecem como o arcabouço de conduta das relações internacionais. Embora nos últimos anos ele tenha sofrido uma pressão sem precedentes, ninguém apresentou uma alternativa séria. Mikhail Gorbachev recorreu a esse modelo de internacionalismo soberano ao colocar um fim na Guerra Fria, acreditando que consistiria em um marco comum para a transformação nas relações internacionais.

Isso não aconteceu, mas a ideia de algum tipo de internacionalismo soberano cooperativo estava no núcleo do pensamento do Movimento dos Não Alinhados dos anos 1950 e permanece nos corações de vários alinhamentos pós-ocidentais atualmente. Esse modelo de política internacional se abstém da criação de alianças militares e blocos, e (pelo menos formalmente) rejeita a visão de que a ordem global necessita de algum tipo de hegemonia para assumir a liderança.

O compromisso com a Carta da ONU e os protocolos decorrentes disso exigem fidelidade aos princípios da dignidade humana e direitos humanos, mas a soberania de Estado e a não interferência em assuntos internos de outros Estados tem prioridade.

5.

A segunda “nova ordem mundial” é a ordem liberal internacional mais limitada criada e liderada pelos Estados Unidos no pós-guerra. No século XIX, a Grã-Bretanha agiu como a campeã do livre comércio e navegação aberta, um papel assumido pelos Estados Unidos depois de 1945. O internacionalismo liberal tem uma história que remonta pelo menos ao Iluminismo e suas visões sobre progresso, racionalidade, livre comércio e cooperação.³

Derivado dessa tradição, o internacionalismo liberal pós-guerra tem como premissa uma comunidade de democracias liberais baseada em dois elementos-chave: o sistema comercial e financeiro aberto criado dentro do marco do acordo de Bretton Woods de 1944; e o braço militar que ganhou forma a medida que a Guerra Fria se intensificava, culminando na assinatura do Tratado de Washington de 4 de abril de 1949 para criar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O termo “liberal” na Guerra Fria significava, sobretudo, “anticomunista” e não “liberal democrata”, assim ele fornecia um enquadramento normativo poderoso e basicamente bem-sucedido para superar o adversário soviético.

O entrelaçamento do internacionalismo liberal com o poder e a ambição geopolítica estadunidense significava que esta era uma ordem de paz “hegemônica” dominada pelos Estados Unidos e seus aliados. Hegemonia quer dizer a capacidade de uma comunidade política específica de exercer liderança sobre os outros e de ordenar as relações entre os elementos subordinados. É alcançada por meio da combinação da coerção e do consenso, sendo que a mais bem-sucedida estabelece um marco comum de crenças e políticas em que o consenso é genuíno e livremente dado, com a coerção sendo aplicada apenas como último recurso.⁴

Com o fim da Primeira Guerra Fria, o internacionalismo liberal proclamou sua vitória e sua universalidade – não poderia haver “esferas de influência” separadas, uma vez que a liderança da paz dirigida pelos Estados Unidos foi anunciada como um projeto global. A bipolaridade da Guerra Fria desapareceu e nos anos subsequentes de unipolaridade não restava ninguém para contestar essa afirmação. Na falta de competidores sérios, o internacionalismo liberal se tornou algo mais radical e expansivo.

Isso é descrito como hegemonia liberal, incorporando a liderança estadunidense globalmente por meio do internacionalismo democrático ao mesmo tempo que enraíza sua predominância geopolítica. Os Estados Unidos emergiram como um colosso cavalcando o mundo, alimentando ilusões presunçosas de onipotência. Isso se expressou sob a linguagem benigna de direitos humanos, democracia e mercados abertos, mas alguns projetos infelizes e malsucedidos de mudança de regime em países recalcitrantes demonstrou os limites do poder estadunidense e seu potencial transformador.

O Ocidente político se apresentou como um modelo universal para toda a humanidade, superior a todas as alternativas possíveis. Esse modelo de ordem liberal era muito atraente, desde que permanecesse dentro do arcabouço do sistema internacional da Carta. Os aspectos progressistas do internacionalismo liberal ganharam adeptos ao redor do mundo. Contudo, a agenda mais ambiciosa da hegemonia liberal expôs características unilaterais e coercivas, sobretudo quando foi expressa em termos do excepcionalismo estadunidense.

Preocupação que se tornou inquietude e posteriormente resistência. Nos primeiros anos, uma Moscou bastante enfraquecida resmungou e insistiu na prioridade do universalismo da Carta, mas não estava em posição de questionar a liderança dos Estados Unidos, porém a China se tornou um competidor mais sério ao completar sua ascensão silenciosa.

6.

O sistema da Carta permanece o único arcabouço legítimo do Direito e intervenção internacional, ainda assim a versão radical e expansiva do Ocidente político infringiu suas prerrogativas. Um tipo de “grande usurpação” aconteceu, com as potências ocidentais subvertendo a autonomia do sistema da Carta quando era conveniente aos seus propósitos.

Isso foi acompanhado por um falso universalismo. Em vez da transformação da política internacional vislumbrada pelos líderes em Moscou e antecipada por vários movimentos “progressistas” no Ocidente, especialmente organizações de paz e

movimentos religiosos, assim como pelas potências da Eurásia e alguns países no que é hoje conhecido como Sul Global (África, Ásia, América Latina), o sistema de aliança ocidental criado durante a Guerra Fria (o Ocidente político) se desenvolveu globalmente e, em particular, na Europa Oriental.

Isso respondia as demandas do, agora livre, bloco soviético e alguns antigos Estados soviéticos, mas refletia a estrutura de escolhas desenhada por Washington. Em vez do liberalismo da Carta, predominou o antipluralismo liberal que excluiu o internacionalismo soberano – o qual posteriormente retornou sob a forma de desafios populistas.

O domínio do internacionalismo democrático e suas instituições hegemônicas geraram um crescente sentimento amargo de traição e exclusão na Rússia, culminando em um prolongado conflito com a Ucrânia. Alimentada como um Estado autoritário com a vontade e os recursos para desafiar a hegemonia do Ocidente político.

Para Moscou, a “grande usurpação” foi considerada tanto ilegítima quanto inaceitável. Em vez da imparcialidade e inclusão do sistema internacional da Carta, o Ocidente político (presunçosamente se autodenominando a “ordem internacional baseada em regras”) se apresentou como o árbitro das regras. A resistência russa endureceu-se por um crescente alinhamento com a China. Em 2014, a China, em termos de paridade do poder de compra, se tornou a maior economia mundial e cada vez mais demonstrou seu novo poder.

Na Europa a ordem de segurança criada no fim da Guerra Fria gradualmente se desintegrou, acompanhada por conflitos intensificados ao longo de sua emergente linha de frente em suas marchas orientais. A arquitetura de controle de armas meticulosamente construída durante a Guerra Fria foi em boa medida desmantelada, várias guerras de escolha e necessidade foram lançadas, e no fim a disputa entre as grandes potências voltou.

7.

As duas ordens – internacionalismo soberano do sistema internacional da Carta e o internacionalismo liberal da ordem liderada pelos Estados Unidos – tinham muito em comum. Ambas foram criadas como uma resposta a catástrofe da Segunda Guerra Mundial e geradas por muitos dos mesmos princípios e aspirações. O sistema internacional da Carta era mais amplo e acomodava uma ampla diversidade de tipos de regime (comunista, mulçumano tradicionalista, monarquista e outros).

Contudo, apesar de comuns, suas origens não eram a mesma. A confusão entre as duas ordens entrelaçadas, mas separadas do pós-Guerra Fria atormentou a era pós-Guerra Fria e será analisada neste livro. A Rússia abertamente e depois a China em conjunto desafiaram o que consideraram a usurpação das definições da Carta pela hegemonia liderada pelos Estados Unidos, que em seu ponto mais expansivo se tornou a ideologia da primazia.

Isso foi acompanhado por um internacionalismo democrático que questionava a noção fundamental de soberania em busca da, sem dúvida virtuosa, crença na liberdade e no Estado de Direito. As duas representações de relações internacionais, cada uma em seus termos apropriados, se chocaram.

O dilema não é novo. Robert Kaplan faz referência a definição grega de tragédia “não como o triunfo do mal sobre o bem, mas o triunfo de um bem sobre outro bem que causa sofrimento”.⁵ Para navegar entre eles, é necessária uma liderança de rara qualidade, que tem sido gravemente escassa desde o fim da Guerra Fria; também é necessária uma diplomacia sábia, que também está em falta.

Max Weber fez a distinção entre uma “ética da convicção”, em que as lideranças perseguem objetivos nobres independentemente das consequências, e uma “ética da responsabilidade”, em que a diplomacia é feita sob medida para benefícios conquistáveis.⁶ No nosso caso, as potências definidas como revisionistas condenavam a notada substituição do Direito internacional e da autonomia do internacionalismo da Carta pela reivindicação dos Estados Unidos a liderança

internacional e primazia global. Nós a descrevemos como a “grande substituição”, que é um dos temas centrais deste livro.

Em resposta, os Estados Unidos e seus aliados, compreensivelmente, redobram os esforços na defesa da ordem liberal contra as potências autocráticas iliberais. Esse confronto épico reproduziu a lógica da Guerra Fria. A luta global por supremacia foi travada por meio de guerras por procuração, campanhas de informação e mobilização de recursos materiais e intelectuais.

8.

A relativa abertura da paz fria deu lugar a Segunda Guerra Fria. A utilização do termo tem sido questionada e por uma boa razão. Se sugerir um retorno aos padrões de relação anteriores e uma repetição das disputas anteriores, então é inapropriado. O mundo mudou, novas preocupações surgiram, tecnologias inovadoras são predominantes, novas ideias disputam espaço e o equilíbrio de poder entre os Estados mudou.

A utilização do termo apaga o que é novo e distorce a análise. Essas críticas são válidas, ainda que algo semelhante a Guerra Fria – um conflito permanente e enraizado entre grandes potências sobre questões de princípios fundamentais, acompanhado de lutas antiquadas mas duradouras por poder e *status*, incansáveis guerras de informação, tentativa de dividir o mundo em blocos ideológicos concorrentes, corridas militares e armamentistas, tudo isso sob a sombra da ameaça nuclear – tenha certamente retornado.

Assim como a Primeira Guerra Fria não abrangia tudo que dizia respeito a política internacional nas primeiras décadas do pós-guerra, a Segunda Guerra Fria certamente não abarca todo o espectro dos assuntos globais. Porém, proporciona um enquadramento compreensível para a análise, identificando os elementos de continuidade ao mesmo tempo que reconhece o que torna o segundo conflito diferente do primeiro, mas também identifica os fatores que geraram o novo conflito e a perda da paz.

Isso nos leva a uma questão fundamental: o que queremos dizer com paz? O Instituto para Economia e Paz, baseado em Sydney, Austrália, publica o *Global Peace Index* [Índice da Paz Global], que ranqueia 163 nações de acordo com o seu nível de paz. O *Index* aplica o conceito de paz negativa, a ausência de violência ou medo da violência. Contudo, a paz não significa simplesmente a ausência de guerra. A paz sustentável é descrita como paz positiva, que se refere às atitudes, instituições e estruturas que criam e mantêm sociedades pacíficas.⁷

A não ser que estruturas e princípios robustos estejam a postos para fortalecer uma ordem de paz, sempre haverá a possibilidade de uma recaída na guerra. A Ásia Ocidental (abarcando o que tradicionalmente é conhecido como o Oriente Próximo e Médio) tem sido suscetível a conflitos por décadas. Porém, apesar da densa rede de agências de paz existente na Europa, foi neste continente que o potencial para uma paz positiva foi dissipado e desde 2014 se tornou um confronto aberto. A distinção será aplicada nesta obra.

9.

Uma ordem de paz positiva no nosso caso é aquela em que os atores cooperam dentro do marco de um sistema internacional mais amplo guiado pelos princípios do internacionalismo soberano e do Direito internacional. O que está de acordo com a afirmação do presidente John F. Kennedy em seu visionário discurso de formatura na Universidade Americana, em Washington DC, em junho de 1963, um discurso que ainda tem o poder de comover. Retornaremos ao seu potencial inexplorado mais adiante, mas seu argumento central era de que “a paz é um processo – uma forma de resolver problemas”.⁸

A tragédia da paz pós-Guerra Fria se deve ao fato de que o “processo”, no qual um diálogo genuíno leva em conta as preocupações de todas as partes, nunca começou de fato. Era realmente uma tragédia, no sentido clássico do termo, em

a terra é redonda

que um bom está em conflito com outro. Em qual balança a justiça e a liberdade podem ser medidas contra a paz e a segurança? Todas as partes foram convencidas da retidão de suas causas, e era lógico para eles que fosse assim, ainda que o senso mútuo de retidão apenas intensificou os conflitos. Uma paz negativa se estabilizou, concentrada na gestão de conflitos, a condição clássica da Guerra Fria. Até o estilo de gestão de conflitos da Guerra Fria se mostrou insuficiente ao final.

Todo jogo de xadrez é diferente um do outro, mesmo que cada um deles siga as mesmas regras. Assim como a Segunda Guerra Mundial é diferente da primeira, ainda que se origine na forma em que a Primeira Guerra Mundial acabou, a Segunda Guerra Fria se distingue da anterior, mas também é moldada pela forma na qual a primeira terminou. Muitas das instituições, questões e práticas anteriores permaneceram, acompanhadas por novos atores e novas linhas de divisão.

O antigo conflito entre capitalismo e socialismo supostamente deu lugar a disputa entre democracia e autocracia, embora isso também possa ser visto como uma luta entre a Carta e o liberalismo antiplural. Mais uma vez os conflitos sobre modelos fundamentais de desenvolvimento societal, liberdade humana, hierarquia e *status* moldam as relações internacionais.

Contudo, distintamente da luta anterior, a Segunda Guerra Fria em 2022 resultou em uma guerra por procuração entre a Rússia e o Ocidente político sobre a Ucrânia. Uma guerra por procuração é um conflito armado travado em um território de uma terceira parte em que um Estado contribui com finanças, armas, material, consultores e tudo o mais, exceto suas forças armadas.

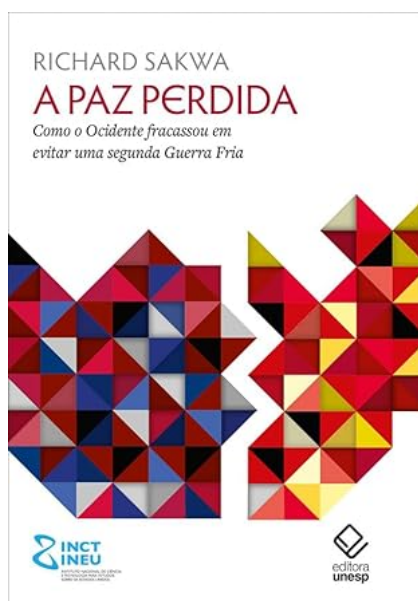
A característica “por procuração” do conflito na Ucrânia tem sido ambígua desde o início, uma vez que a Rússia é um participante direto. Ela inicialmente tentou limitar seu envolvimento ao que chamou eufemisticamente de “operação militar especial”. No outro lado, as forças armadas ucranianas têm sido apoiadas com armas, fundos e inteligência das potências ocidentais. Eles definiram o conflito como uma guerra defensiva que a Ucrânia não iniciou, e no qual o país estava lutando por sua própria sobrevivência.

As principais potências procuraram evitar ultrapassar os limites (linhas vermelhas) que poderiam levar a uma escalada em um conflito armado direto e uma aniquilação nuclear em uma Terceira Guerra Mundial. Essa é uma história que começa na esperança, mas termina em uma tragédia consumada, tanto no sentido clássico quanto no sentido moderno do termo. Havia uma paz positiva a ser conquistada depois de 1989, mas foi desperdiçada.

Esta obra traz uma análise interpretativa, combinando pesquisa teórica e empírica para explicar os desenvolvimentos nesses anos. Não é uma história internacional minuciosa, embora a diplomacia seja parte da análise mais ampla, de fato, se procura explicar como e por que a paz foi perdida. A partir disso, este livro pode indicar como ela pode ser encontrada novamente.

***Richard Sakwa** é ex-professor de política russa e europeia na Universidade de Kent e professor honorário da Faculdade de Ciência Política da Universidade Estatal de Moscou. Autor, entre outros livros de O pós-comunismo (Instituto Piaget).
[<https://amzn.to/4afZQPn>]

Referência



Richard Sakwa. *A paz perdida: como o Ocidente fracassou em evitar uma segunda Guerra Fria*. Tradução: Miguel Yoshida. São Paulo, Unesp, 2025, 240 págs. [<https://shre.ink/5pUN>]

Notas

1 Orwell, George. You and the Atomic Bomb. *Tribune*, 19 out. 1945. Disponível [aqui](#).

2 Simpson, Gerry. Two Liberalisms. *European Journal of International Law*, 12/3, 2001, p.539, 560.

3 Ikenberry, *A World Safe for Democracy: Liberal Internationalism and the Crisis of Global Order*.

4 Como definido por Antonio Gramsci. Ver Anderson, *The H-Word: The Peripeteia of Hegemony*; e Martin, *Hegemony*.

5 Kaplan, *The Tragic Mind: Fear, Fate, and the Burden of Power*, p.xiv. Ele dedica um capítulo para “A batalha do bem contra o bem” (The Battle of Good against Good), p.1-16.

6 Weber, *Politics as a vocation*, p.77-128.

7 Institute for Economics and Peace. *Positive Peace Report 2022*, p.2. Disponível [aqui](#).

8 Kennedy, president John F. Commencement Address at American University, 10 jun. 1963. Disponível em:<https://www.jfklibrary.org/archives/other-resources/john-f-kennedy-speeches/american-university-19630610>.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**

<https://shre.ink/5pUN> Richard Sakwa. A paz perdida: como o Ocidente fracassou em evitar uma segunda Guerra Fria.
Tradução: Miguel Yoshida. São Paulo, Unesp, 2025, 240 págs.

A Terra é Redonda